

ENFOQUE CRÍTICO NA APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

OLIVEIRA, Flora Pereira Dorado de¹, PROENÇA, Soraya Águida Brandão de², LORENCI W. Felipe³

RESUMO

A teoria da desconsideração da pessoa jurídica tem como finalidade evitar os abusos perpetrados pelos sócios das sociedades empresárias, fazendo com que os mesmos respondam pessoalmente pelas dívidas e compromissos da empresa. A Justiça do Trabalho não possui regulamentação específica sobre o assunto e assim utiliza-se do previsto no art. 50 do Código Civil e no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, na busca de maior celeridade processual e certeza do recebimento de seus créditos trabalhistas. Para tal, rotineiramente os Juízes do Trabalho têm determinado o bloqueio, através do sistema BACENJUD, de valores nas contas da empresa e inclusive de sócios e administradores, sem que se tenha tentado exaurir o patrimônio da pessoa jurídica. Esta conduta vem ferir os preceitos básicos da autonomia patrimonial e da limitação da responsabilidade dos sócios nas Sociedades Limitadas.

Palavras-chave: desconsideração da personalidade jurídica; Justiça do Trabalho; BACENJUD.

¹ Profissional da Área de Gastronomia formada pelo SENAC/RO; Cursando o 3º Período de Direito nas Faculdades OPET; floradorado@hotmail.com

² Licenciada em Pedagogia UTP; Pós Graduada em Metodologia de Ensino de 1º e 2º Graus pelas Faculdades Integradas Espírita; Funcionária Pública Estadual Aposentada; Cursando o 3º Período de Direito nas Faculdades OPET; sorayabrandao@brturbo.com.br

³ Professor de Direito Empresarial das Faculdades OPET, Mestre em Direito Empresarial pela Universidad de Alcalá de Henares (Espanha), Mestrando em Engenharia Civil pela UFPR, Especialista em Direito Empresarial pela PUC/PR, Advogado e Engenheiro Civil; felipe@engenhariajuridica.com.br

APPLICATION OF THE DISREGARD OF LEGAL ENTITY DOCTRINE BY THE LABORAL LAW IN BRAZIL

OLIVEIRA, Flora Pereira Dorado de, PROENÇA, Soraya Águida Brandão de, LORENCI W. Felipe

ABSTRACT

The theory of disregard of legal entity is intended to prevent abuses perpetrated by the partners of companies, causing them to respond personally with their own goods for the debts and liabilities. The Labor Law has no specific regulations on this subject and so the content of Article 50 of Civil Code and Article 28 of Protection Consumers Code are used in analogy, in search of quicker response and some payment guaranty of labors credits. To this end, the Labor Courts routinely have given the lock through the BACENJUD system, searching for values in company's accounts and even in partners and administrators accounts, without tried to exhaust the assets of the corporation. Such practice is totally against the basic principles of autonomy of the assets and the limited liability of shareholders in limited companies.

Key-words: disregard of legal entity; Labor Law; BACENJUD.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. TEORIA MAIOR E MENOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	5
3. A APLICAÇÃO DO SISTEMA BACENJUD PARA A CONSTRUIÇÃO JUDICIAL DE CONTAS BANCÁRIAS NAS EXECUÇÕES DE CRÉDITOS TRABALHISTAS.....	6
3.1 Princípio da Execução Pelo Meio Menos Gravoso.....	8
3.2 Gradação Legal de Bens à Penhora.....	9
3.3 Excesso de Execução.....	9
4. A CONFUSÃO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO DIREITO DO TRABALHO.....	10
4.1 Penhora em Bens de Sócios, Ex- Sócios.....	11
5. CONCLUSÃO.....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca enfatizar a aplicação da “Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica” em âmbito trabalhista.

Cumprindo observar que a “Teoria da Despersonalização da Pessoa Jurídica” nada mais é do que a aplicação, no Brasil, da doutrina mercantil inglesa do *disregard of legal entity*, ou seja, descortina-se a personalidade jurídica empresarial, atingindo-se os bens dos sócios, em caso de má administração, abuso de direito ou fraude à execução.

Tem como maior finalidade fazer com que os sócios respondam pessoalmente pelas dívidas e compromissos da empresa, retirando assim, a proteção que a pessoa jurídica os dá.

Entretanto esta teoria não se volta contra a pessoa jurídica, como pode parecer a primeira vista. Pelo contrário, a teoria da desconsideração é um aprimoramento do instituto da pessoa jurídica, revelando-nos até que ponto se faz necessário proteger a irresponsabilidade, os atos ilícitos ou a má administração daqueles, que sem essa desconsideração, jamais responderiam pela antijuridicidade de seus atos.

Muitas vezes, os indivíduos componentes das pessoas jurídicas, valem-se da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para fugirem do adimplemento de uma obrigação. Não raramente o devedor se oculta por de trás da personalidade jurídica autônoma do ente coletivo, com a finalidade de fraudar o credor, quando a pessoa jurídica passa, assim, a ser um meio eficaz de se burlar a lei e prejudicar terceiros.

Foi com o objetivo de que o ente moral constitua artifício de perturbação do funcionamento normal das regras jurídicas que surgiu a teoria da desconsideração.

Atribui-se a Rubens Requião (Apud Sarai, 2004, p.1)⁴, em conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1969, a introdução da teoria no Brasil, o qual esclarece que não se trata de considerar ou declarar nula a personalidade jurídica da empresa, mas de tornar ineficaz determinados atos.

⁴ SARAI, Leandro. **A doutrina da desconsideração da personalidade jurídica e alguns de seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro: Lei 8.078/90, Lei 8.884/94, Lei 9.605/98 e Lei 10.406/02.** Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6440&p=2> Acesso em 01/10/10

Coelho no V. 2 de sua obra *Curso de Direito Comercial*⁵, divide a Teoria da Desconsideração em duas sub-teorias: a Teoria Maior e a Teoria Menor da Desconsideração da Pessoa Jurídica, sendo esta a mais utilizada por alguns juízes trabalhistas, que demonstram desconhecimento da referida teoria, bem como do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica.

O princípio da autonomia patrimonial assevera Venosa⁶, versa assegurar os direitos subjetivos dos entes criados, não se tratando a pessoa jurídica como uma ficção, mas como uma “realidade técnica”.

2. TEORIA MAIOR E TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Segundo Coelho⁷ a teoria maior da desconsideração da pessoa jurídica é a mais elaborada, possuindo um grau maior de consistência e abstração, consistindo no afastamento da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas, quando existir caracterização da manipulação fraudulenta ou abusiva do instituto. A regra é a consideração da pessoa jurídica, prevalecendo, sobretudo, a diferenciação patrimonial da sociedade e de seus sócios, sendo apenas excepcionalmente, ignorado o véu societário, diante de situações específicas. Sendo que a insuficiência patrimonial, a falência, a insolvência ou a inadimplência não se apresentam como causas para a desconsideração, conforme se verifica em decisão proferida pelo STJ, no Recurso Especial 948117 / MS⁸ de 2010.

A desconsideração da pessoa jurídica está prevista no art. 50 do Código Civil, o qual reza:

“Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010

⁶ VENOSA, Sílvio Salvo. **Direito Civil**. Vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

⁷ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010

⁸ PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ART. 50 DO CC/02. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. POSSIBILIDADE

Ainda conforme Coelho⁹, a teoria menor refere-se à desconsideração em toda e qualquer hipótese de execução do patrimônio dos sócios por obrigação social, contentando-se pela simples demonstração pelo credor da inexistência de bens sociais e da solvência de qualquer sócio para atribuir a este a obrigação da pessoa jurídica. Significa que todas as vezes que a pessoa jurídica não possuir bens suficiente em seu patrimônio para a satisfação do crédito ou até mesmo em razão de sua iliquidez, os sócios são responsabilizados.

Para esta teoria o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios ou pelos administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta proba, isto é, mesmo que não exista nenhuma prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e ou administradores da empresa.

Esta teoria tem suporte no § 5º do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*:

“Art. 28, § 5º. Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores”.

3. A APLICAÇÃO DO SISTEMA BACENJUD PARA A CONSTRIÇÃO JUDICIAL DE CONTAS BANCÁRIAS NAS EXECUÇÕES DE CRÉDITOS TRABALHISTAS

O judiciário, buscando maior celeridade processual, firmou convênio com o Banco Central do Brasil o qual foi denominado BACEN JUD, com o objetivo de estabelecer regras mínimas para disciplinar a chamada “penhora on line”.

A Justiça do Trabalho necessitando receber seus créditos o mais brevemente possível em face da natureza alimentar dos créditos trabalhistas e de que a grande maioria dos que ajuízam ação está desempregada, faz uso do sistema BACEN JUD, medida esta não prevista no Código de Processo Civil nem na Consolidação das Leis do Trabalho.

⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Por intermédio do Sistema BACENJUD, preleciona Santana¹⁰ os juízes recebem senhas individuais do gestor de senha existente em cada Tribunal Regional e, com essa senha acessam uma página do Banco Central preenchendo um formulário eletrônico, denominado "Solicitação de Bloqueio de Contas", com campos a serem preenchidos com os dados do solicitante (juiz), dados do processo e dados para solicitação de bloqueio de contas.

O Banco Central ao receber a solicitação do juiz, encaminha-a por e-mail a todas as instituições financeiras do Brasil e, estas pelo sistema de informática fazem a triagem e bloqueiam a importância solicitada nas contas dos titulares. A resposta do Banco ao juiz é por ofício.

O procedimento de bloqueio de numerário existente em conta do devedor também está previsto no Código de Processo Civil, em seu artigo 655, *caput* e parágrafo único.

É certo que, a própria CLT já previa em seu Artigo 889, a possibilidade da aplicação subsidiária dos preceitos que regem a execução, nos casos de cobrança judicial de dívida ativa da Fazenda Pública Federal, autorizando assim, a aplicação do Artigo 185-A, do CTN, o qual permite ao magistrado, determinar a indisponibilidade dos bens do devedor, até o limite da dívida, ou seja, já existia previsão legal autorizando o bloqueio de ativos financeiros nos casos de execução.

Alguns juízes ao receberem os ofícios determinam, indevidamente, a transferência do valor bloqueado para a conta judicial, o que caracteriza a chamada "penhora on line", extrapolando, portanto, os limites previstos no Convênio BACEN JUD, já que este apenas prevê a possibilidade de determinação de bloqueios e desbloqueios de contas correntes e aplicações financeiras.

Patah¹¹, explica que existe uma diferença conceitual entre bloqueio e penhora. Citando Marco Aurélio Aguiar Barreto, ela explica que no bloqueio, o dinheiro permanece na mesma conta onde depositado, mas impossibilitado de ser utilizado. Já na penhora online, há a retirada do bem da esfera patrimonial do

¹⁰ Santana, Hugo César Azevedo. **Quebra do sigilo bancário no sistema Bacenjud**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12088> Acesso em 08/10/10.

¹¹ PATAH, Claudia Campas Braga. **Os princípios constitucionais à luz da celeridade processual e a penhora on line**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 618, 18 mar. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6428> Acesso em 10/10/10.

devedor, passando para conta judicial, vinculada a determinado processo e à disposição do juízo.

A penhora de bens ou “penhora online” está inserida na fase de constrição, somente podendo ser realizada após a expedição judicial de mandado de citação e penhora para que o devedor pague a dívida trabalhista em quarenta e oito horas, ou garanta a execução sob pena de penhora (CLT, art. 880). A ausência de citação viola frontalmente o artigo 5º, LIV e LV da Constituição Federal, pois, há privação de bens sem Defesa e sem Processo Legal.

Assim, a penhora em conta corrente para que seja utilizada como instrumento processual adequado para minimizar os problemas existentes na fase de execução, assevera Patah¹² deve se ater aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista que o processo é um instrumento de pacificação social e não pode ser utilizado como fim em si mesmo.

A não observância desses regramentos legais tem ocasionado uma série de problemas. Vejamos:

3.1 Princípio da Execução Pelo Meio Menos Gravoso

O princípio da execução pelo meio menos gravoso para o executado está previsto no artigo 620, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho por força do disposto no artigo 769, da CLT, dada a sua importância, vez que orienta a interpretação dos demais dispositivos que regem a matéria.

A respeito do artigo 620 do CPC, Theodoro Júnior¹³ (2010, p.13) explica que:

“Toda execução deve ser econômica, isto é, deve realizar-se da forma que, satisfazendo o direito do credor, seja o menos prejudicial possível ao devedor. Assim,” quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor”.

O artigo 620 do CPC é norma cogente, de conteúdo ético e social e, deve ser obrigatoriamente observada pelo juiz da execução. Assim, havendo várias maneiras

¹² PATAH, Claudia Campas Braga. **Os princípios constitucionais à luz da celeridade processual e a penhora on line.** Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 618, 18 mar. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6428> Acesso em 10/10/10.

¹³ HEODORO Jr, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** vol.I. Editora Forense, 2010

de cumprir o comando judicial, deve o juiz escolher a menos onerosa para o devedor.

3.2 Gradação Legal de Bens à Penhora

O artigo 655, do CPC, elenca em seus incisos, uma ordem preferencial de bens nomeáveis a penhora, ocupando o dinheiro o primeiro lugar. Compatibilizando-se esse dispositivo legal com o princípio acima exposto, chega-se à conclusão de que a ordem de nomeação é relativa, ou seja, pode ser alterada de acordo com as circunstâncias fáticas de cada caso concreto, cabendo ao magistrado decidir com razoabilidade e justiça social.

Nesse sentido, se o devedor nomeia um bem à penhora que não seja dinheiro, sem que haja recusa justificada por parte do credor, não há porque de pronto determinar o juiz que se proceda à penhora de conta corrente.

Esse indigitado ato do juiz acaba também por violar as garantias constitucionais como, a preservação dos direitos patrimoniais, da livre-iniciativa e da função social da empresa, como geradora de emprego e da própria economia nacional, pois pode o juiz aceitar a nomeação dos bens feita pelo devedor, quando esta for idônea e suficiente para satisfazer o crédito do credor.

3.3 Excesso de Execução

Consoante o artigo 883, da CLT, deve ser efetuada “a penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora”.

Ocorre que muitas vezes, é efetivado o bloqueio de mais de uma conta bancária cujo saldo supera em muito o valor do crédito trabalhista, o que configura excesso de execução, impedindo o empregador de movimentá-las, podendo causar prejuízos consideráveis por não atender o princípio da economicidade da execução, previsto no artigo 620, do CPC.

A empresa sempre que possível deve ser preservada, em razão de sua relevante função social que desempenha na sociedade moderna, pois é fonte geradora de empregos.

Além do problema do excesso de execução, também tem ocorrido à determinação do juiz do trabalho para que se proceda ao bloqueio em qualquer conta em que for localizado o crédito, contrariando, portanto, a recomendação de os juízes se absterem de requisitar às agências bancárias, por ofício, bloqueios fora dos limites de sua jurisdição, nos termos do artigo 5º. do Provimento 1/2003, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

4. A CONFUSÃO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NO DIREITO DO TRABALHO

É comum no âmbito do direito do trabalho a invocação do art. 2ª, § 2º da CLT para fundamentar a desconsideração da personalidade jurídica como forma de estender a obrigação por débitos trabalhistas a sociedades pertencentes a um mesmo grupo econômico. *In verbis*:

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

O dispositivo nos faz compreender Peixoto¹⁴, cria uma responsabilidade solidária, no que diz respeito aos débitos trabalhistas, entre pessoas jurídicas distintas.

Invocar a teoria *disregard*, explica, é usá-la de forma anômala, pois, de forma alguma ocorre a desconsideração da pessoa jurídica. A rigor, o que ocorre é a “consideração da pessoa jurídica” de outras sociedades a fim de responsabilizá-las por débitos trabalhistas.

Conclui que é perfeitamente possível a aplicação da teoria na Justiça Trabalhista somente quando de forma fraudulenta e comprovadamente os sócios desviam o patrimônio para si próprios como maneira de evitar o pagamento de seus empregados ou quando o empregador com a finalidade de escamotear a relação de

Peixoto, Maurício Cunha. **O Direito Societário Face ao Novo Código Civil**. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/perjur.pdf> Acesso em 03/10/10

emprego, exige que o empregado constitua uma pessoa jurídica com a qual firma um contrato de prestação de serviços.

4.1 Penhora em Bens de Sócios, Ex- Sócios

Outro problema que freqüentemente tem ocorrido na Justiça do Trabalho, é a ordem de bloqueio em bens de sócios, ex-sócios, ou pessoas estranhas à lide.

O Código Civil Brasileiro estabelece a separação entre a pessoa jurídica e os membros que a compõem, consagrando o princípio da autonomia patrimonial.

Em razão desse princípio, os sócios não respondem, em regra, pelas obrigações da sociedade, já que seus patrimônios são distintos, inconfundíveis e incomunicáveis com os da pessoa jurídica. Somente em hipóteses que excepcionam a regra da autonomia da pessoa jurídica é que se poderá executar o patrimônio do sócio, para dar cumprimento às dívidas da sociedade.

O ex- sócio, responde perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato (art. 1003, parágrafo único, CC).

A superação da autonomia patrimonial, dos bens da sociedade e dos bens particulares dos sócios, ou seja, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade é prevista por diversas leis, menos a trabalhista.

O art. 2º da CLT prevê apenas:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

5. CONCLUSÃO

Da leitura do art. 28 CDC e do art. 50 do CC, chega-se à conclusão inarredável de que os únicos pressupostos autorizantes da desconsideração da pessoa jurídica é que haja abuso de direito ou desvio de finalidade da pessoa jurídica.

No entanto, a Justiça do Trabalho amplia as hipóteses legais de desconsideração da pessoa jurídica, levando em consideração a natureza alimentar do crédito trabalhista e a função social do contrato, expressamente prevista no artigo 421, do Código Civil, para alcançar os bens particulares dos sócios e ex-sócios indistintamente, sem que até mesmo tenham participado da fase de conhecimento ou que se tenha tentado exaurir o patrimônio da pessoa jurídica.

Tal atitude dos magistrados vem de encontro com o entendimento do direito empresarial de que a pessoa jurídica tem existência distinta da dos seus sócios. Fosse assim, não haveria mais sentido em se falar da Autonomia Patrimonial das sociedades ou, mais grave ainda, não teria nexos se falar em Limitação da Responsabilidade Patrimonial dos sócios, definida também no Código Civil, em seu Art. 1052, pois todo e qualquer sócio estaria sujeito a responder com seus bens pessoais quaisquer dívidas que a empresa venha a contrair.

Deve-se portanto restringir a prática de tais condutas aos casos em que efetivamente haja sido constatada alguma fraude, abuso de direito ou outro ato reprovável na ótica empresarial, sob pena de botar em cheque toda a estrutura e segurança jurídica na qual as empresas estão fundadas hodiernamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HEODORO Jr, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. vol.I. Editora Forense, 2010.

PATAH, Claudia Campas Braga. **Os princípios constitucionais à luz da celeridade processual e a penhora on line**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 618, 18 mar. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6428> Acesso em 10/10/10.

Peixoto, Maurício Cunha. **O Direito Societário Face ao Novo Código Civil**. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/perjur.pdf> Acesso em 03/10/10

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010

Santana, Hugo César Azevedo. **Quebra do sigilo bancário no sistema Bacenjud**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12088> Acesso em 08/10/10.

SARAI, Leandro. **A doutrina da desconsideração da personalidade jurídica e alguns de seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro: Lei 8.078/90, Lei 8.884/94, Lei 9.605/98 e Lei 10.406/02**. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6440&p=2> Acesso em 01/10/10

VENOSA, Sílvio Salvo. **Direito Civil**. Vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.